



Desventuras dos Professores na Formação para o Capital

Misadventures of Teachers in Training for Capital


Desventuras de los docentes en formación para el capital

Andréia Aparecida Simão¹  <https://orcid.org/0000-0001-7816-6199>

¹Universidade do Oeste de Santa Catarina

Correspondência à Autora
¹ Andréia Aparecida Simão
 E-mail: gjolvane@gmail.com
 Universidade do Oeste de Santa Catarina, SC, Brasil
 CV Lattes
<http://lattes.cnpq.br/9793952827961049>

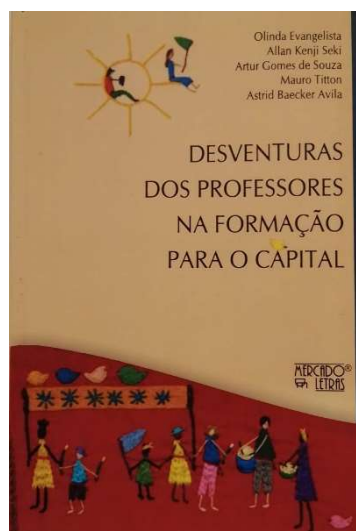
Submetido: 04 out. 2021
 Aceito: 10 ago. 2022
 Publicado: 10 ago. 2022

 10.20396/riesup.v9i0.8667189
 e-location: e023015
 ISSN 2446-9424

Checagem Antiplágio



Distribuído sobre



EVANGELISTA, Olinda; SEKI, Allan K.; SOUZA, Arthur G. de; TITTON, Mauro; AVILA, Astrid Baecker. **Desventuras dos professores na formação para o capital**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2019. ISBN 978-85-7591-549-3

Esta é uma resenha sobre o livro intitulado Desventuras dos professores na formação para o capital.

A formação de professores é pauta atual nas discussões acadêmicas. O professor como intelectual transformador, em sua emblemática estrutura, torna-se campo de exploração assim como sua formação um bem mercadejável (GRANEMANN, 2007) é o que nos mostra as *Desventuras dos professores na formação para o capital*. Este livro, escrito por cinco pesquisadores, foi lançado no mês de agosto de 2019 em série temática: Educação Geral, Educação Superior e Formação Continuada do Educador pela Editora Mercado de Letras, sendo os autores: Olinda Evangelista, Allan Kenji Seki, Artur Gomes de Souza, Mauro Tilton e Astrid Baecker Avila.

Prefaciada por Selma Venco e apresentada pela autora Olinda Evangelista, o livro *Desventuras dos professores na formação para o capital*, aborda o tema da formação de professores no ensino superior no Brasil nas duas primeiras décadas do século XXI. De maneira geral, o conjunto de textos versa sobre a “fábrica de professores” no mercado da certificação em nível superior no Brasil. Impondo relevância à importância dos estudos sobre a democratização do acesso ao ensino superior de qualidade, entre os anos de 2006 e 2007, uma vez que o Estado fomenta o Ensino a Distância (EaD), o livro mostra para o leitor a crítica que os autores fazem ao estímulo do EaD pelos governos brasileiros, a análise apurada de documentos nacionais e internacionais, além de dados publicados por órgãos especializados no Brasil e como a esfera privada se apropria da educação e a institui como “negócio”, “mercadoria”.

Apresentamos os autores, sendo que todos fazem parte do mesmo grupo de pesquisa, Grupo de Investigação em Política Educacional (GIPE-MARX), guardada as especificidades de cada autor: Olinda Evangelista é pós-doutora em Educação pela Universidade do Minho/PT, professora aposentada voluntária do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); Allan Kenji Seki é doutor em Educação pela UFSC e pesquisador do Centre d’Economie de l’Université Paris Nord (CEPN); Artur Gomes de Souza é mestre em Educação pela UFSC; Mauro Tilton é doutor em educação pela UFSC, professor do departamento de Metodologia do Ensino do CED/UFSC e; Astrid Baecker Avila é doutora em educação pela UFSC, professora do curso de Pedagogia (UFSC).

A obra possui 234 páginas e está dividida em cinco capítulos: “Capítulo I - Desterro docente e formação humana nos governos petistas”; “Capítulo II - O crescimento perverso das licenciaturas privadas”; “Capítulo III - 72 horas em 16 minutos: qual escola para o professor brasileiro”; “Capítulo IV - Vitória da EAD ou do capital?”; “Capítulo V - O labirinto dos dados”. Esses capítulos são ainda precedidos por um posfácio de autoria de João Zanardini que faz sua análise a partir da pseudoconcreticidade das ações do Estado em relação às “políticas educacionais de formação”. Estas políticas, reduzem a formação do educador ao nível da práxis utilitária no “ambicioso projeto de expansão do mercado educacional” elevando a expansão da modalidade EaD; emitindo certificados que apenas representam uma formação vazia, escavada, atestando deformação de parte substantiva de “futuros professores da classe trabalhadora”. Logo, ao abordar Eduardo Galeano (2015) com o seu *De pernas pro ar, a escola do mundo ao avesso*, mostra a escola democrática, porém expropriada da sociedade pela financeirização, privatização e, mercadorizada pela hegemonia burguesa.

No “Capítulo I - *Desterro docente e formação humana nos governos petistas*” Astrid Baecker Avila, Mauro Tilton e Olinda Evangelista procuram compreender com rigor o processo histórico condutor da política educacional e suas asserções para a formação de professores durante os governos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003 - 2010) e Dilma Vana Rousseff (2011-2016) e suas ligações ao movimento hegemônico dos interesses capitalistas. Uma vez demarcado esse recorte temporal, os autores ressaltam que compreendem a produção e manutenção das políticas públicas aliadas ao advento do neoliberalismo pelo movimento da correlação entre as classes sociais essenciais – capital e trabalho. Assim, o projeto formativo dos anos 1990 não foi rompido, pois os governos petistas seguiram as políticas iniciado nos governos Collor de Mello e Itamar Franco, intensificadas nos governos de Fernando Henrique Cardoso, que visavam cumprir acordos firmados entre o Brasil e os Organismos Multilaterais (Banco Mundial, Unesco, CEPAL), sob pretensão de direcionar a educação ao movimento organizado de setores de empresários brasileiros – o “Movimento Todos Pela Educação” (TPE) e sua rede de relações. A formação de professores no atual contexto econômico e político, contou com a consolidação de matrículas em cursos de licenciaturas na modalidade EaD em IES não universitárias e privadas. Conforme dados levantados pelos autores, a variação de matrículas entre os anos de 2003 a 2017 foi de 472.697, já no presencial houve redução em 63.321. De acordo com eles, “a relação entre aumento de matrículas na modalidade EaD e a diminuição na modalidade presencial, indica o sentido da indução da expansão do ensino superior, especificamente nas licenciaturas, pela ação do Estado nas políticas educacionais”. Tratam que o encaminhamento da formação docente a essas IES é a “faceta mais trágica”, pois os processos presenciais foram substituídos pelos mecanismos da Educação a Distância.

No “Capítulo II *O crescimento perverso da licenciaturas privadas*”, Olinda Evangelista, Allan Kenji Seki e Artur Gomes de Souza, sintetizam em cinco suas percepções sobre o movimento hegemônico das IES privadas e seus pontos de encaixe com o capital para a formação docente: 1. o crescimento avassalador das licenciaturas em IES privadas; 2. nas IES privadas, houve aumento das matrículas de licenciaturas EaD e diminuição considerável nas matrículas presenciais; 3. o maior número de alunos de IES privadas estão nas IES particulares (com fins lucrativos); 4. nas IES públicas com significativo crescimento das matrículas em cursos presenciais e em EaD, mas ainda menor em relação às IES privadas; 5. esse novo sistema de formar professores pelas IES particulares potencializa apenas a compra e venda de matrículas, desconsiderando o sujeito, o ser social aluno. Nesse sentido, as licenciaturas contribuíram para o crescimento das escolas particulares que se apropriaram e as submeteram à financeirização. Logo, a formação docente foi tomada pela iniciativa privada em Centros Universitários, Institutos, Faculdades e Universidades com ascensão das IES particulares para formação na modalidade EaD sob demandas do Banco Mundial.

No “Capítulo , III - *72 horas em 16 minutos: qual escola para o professor brasileiro?*”, os mesmos autores do capítulo anterior procuram demonstrar o avanço exponencial da esfera privada sobre as matrículas públicas e adesão à modalidade EaD entre 2013 e 2015. Discorrem sobre experiência da EaD, que se mostra sendo o futuro próximo da docência brasileira, sendo

necessário aprender a utilizar a plataforma para poder apreender conteúdos e concluir disciplinas. Os estudantes, segundo pesquisa dos autores, levam 16 minutos para encerrar disciplinas, uma vez que no ensino presencial público, equivalem às 72 horas de curso. Dessa forma, encontra-se o esvaziamento do conhecimento para a formação do professor, uma vez que o profissional da educação é formado pelo capital para instrumentalizar na mediação da cultura e na contradição sobre formas de compreender o mundo.

No “Capítulo IV - *Vitória da EAD ou do capital?*”, os autores indicam que a formação docente particular prospera por dentro da esfera privada, evidenciando a transformação da educação em bem mercadejável a partir dos anos 2000. O acesso à educação superior pelo Ensino à Distância promove a “fábrica de professores”, favorecendo o mercado de diplomas. Esse quarto capítulo discute as ameaças decorrentes da progressiva submissão das instituições e dos conteúdos da qualificação do magistério às novas formas de oferta de ensino, a EaD. Estas estão sob direcionamento do capital e suas propostas normativas, principalmente pela hegemonia burguesa neoliberal através da política, pelos meios de produção da existência e nas formas de organização coletiva. Formam o professor para atuar nas determinações capitalistas a exemplo de termos como: eficácia e execução de tarefas. Tais questões resultam da reforma do ensino superior gerada durante os governos petistas sob orientações do Banco Mundial que configuram dois movimentos históricos: 1. desmonte do modelo universitário; 2. privatização em larga escala da formação do professor no Brasil.

No “Capítulo V - *Labirinto dos Dados*”, os autores apresentam discussões sobre o processo de coleta de informações nos microdados dos Censos da Educação Superior, ressaltando que os pesquisadores passam por ingremidades e dissabores com dados muitas vezes inconsistentes. Na análise dos dados oficiais houve esforço incomum para entender o que a política traz em sua aparência e o que está subtendido nas entrelinhas do discurso. Segundo os autores, a dificuldade esteve na instabilidade mostrada pelos dados, se ordenados para constituir invisibilidade da verdade ou para esquivar de onde possa encontrar interinamente a essência. O objetivo dos pesquisadores em revelar a totalidade constituída sobre a formação docente no Brasil os levou ao empenho efetivo na coleta e análise dos dados. Discordam de que a questão é a utilização e não propriamente a qualidade da educação em si ou da Educação a Distância. Estas, aplicadas para justificar o desemprego estrutural, o grau de precarização da classe trabalhadora.

A obra mostra cinco movimentos na formação docente em nível superior: a) as ofertas em IES privadas; b) o menor número de matrículas presenciais e maior número de matrículas EaD; c) número maior de alunos em IES com fins lucrativos; d) crescimento de matrículas para fins lucrativos, porém as sem fins lucrativos cresceram em número com menor percentual; e) novo modelo licenciatura na compra e venda de matrículas.

Esse conjunto de textos, constitui-se num estudo abrangente sobre a formação do professor no Brasil após os anos 2000. Evidencia a “fábrica de professores” e o mercado da certificação em nível superior sendo ponto de partida de um outro modelo de formação para o

capital dos profissionais da educação. Importante acentuar que para a capa e abertura do livro foram utilizadas imagens do bordado de Olinda Evangelista, “Que medo você tem de nós!”, que mostra a luta dos profissionais da educação sobre seus direitos protagonizando suas desventuras ao integrar a luta de classes, numa sociedade de mercadorias, onde o professor a ser formado é mais um número de matrícula combinado ao caráter produtivo do capital. Faz o enfrentamento das políticas educacionais de formação e recomendações que configuram o desmonte da profissão e precarização do trabalho docente.

Atravessando pelos ditames do livro, encontramos a desqualificação do ensino superior pela venda de matrículas e, para além disso, a prática da educação a distância. A qual, na atual conjuntura, com o desgoverno e a negação de formação docente com sustentação sólida, propõe reformas que acentuam o distanciamento de uma educação universal, pública, laica e de qualidade. O governo que desgoverna, mostra medo dessa luta pois, por meio de tratativas de políticas públicas, reformas e decretos, apresenta Educação antidemocrática, sem autonomia, sem reformas sociais consistentes, oferece apenas as que movimentam analogamente alternativas revolucionárias contrárias às proposições de uma formação humana integral. Concordamos com Umberto Eco (2019, p. 34) pois é um “governo que exalta a violência e o mercado livre.” A privatização da educação no contexto da formação do professor/licenciaturas é representante da acumulação capitalista no âmbito do livre mercado, “marca indelével do capital” (conforme expressa no posfácio, João Zanardini).

À proporção que o cenário das duas décadas iniciais do século XXI toma é a de sucessivas mudanças introduzidas na formação de professores no intuito de equacionar a eliminação do trabalho vivo. A mercadorização da educação implica em convocar os trabalhadores a se unirem ao desencadeamento da desresponsabilização do Estado em promover a qualidade do ensino desenvolvendo, em seu lugar, a sua degradação profissional. Percebemos a formação docente implicada na perspectiva da formação do trabalhador em dois aspectos: o próprio docente como trabalhador e o aluno a ser formado por ele para atuar no mercado de trabalho, logo consistem em um ponto de vista comum: são formados para o capital.

O valor do conhecimento pouco atua nessa “gestão do saber/conhecer”, pois aponta para uma formação instrumentalizada, longe de se obter uma formação sólida para além do capital, uma vez que está direcionada a trabalhadores flexíveis, os quais deverão compor novos perfis exigidos pelo mercado de trabalho. Nos deparamos com formação aligeirada, rasa e sem qualidade, um componente ativo do contexto neoliberal, sendo o docente com essa formação, apropriado de sua subjetividade, participante do futuro radicalmente incerto e antecipado.

Por fim, é possível afirmar que o livro “*As desventuras dos professores na formação para o capital*” se constitui numa importante obra de referência na análise das políticas de formação de professores na atual conjuntura. Ressaltamos a importância do livro neste contexto pandêmico em que, a educação ficou interinamente em aprendizagem remota e ensino à distância (em muitos casos sem nenhuma delas), a qual só fez potencializar a fragilidade educacional que o Brasil já vinha desenvolvendo. É uma leitura/estudo indicada a

pesquisadores, professores e estudantes, uma vez que possibilita panorama substancial sobre o que está supostamente implicado por dentro das articulações no desenvolvimento das políticas públicas para a formação docente; de onde vem e quem está na rede das determinações econômicas e da financeirização do Ensino Superior. Nada mais nos resta a não ser desejar ao leitor que pela sua visão e pensamento críticos possa *esperançar* sem medo, na luta por uma educação autônoma, democrática e humanizadora.

Referências

ECO, Umberto. **O fascismo eterno**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2019.

GRANEMANN, Sara. Políticas sociais e financeirização dos direitos do trabalho. **Em Pauta**, Rio de Janeiro, n. 20, p. 57-68, 2007. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta>. Acesso em: 02 jul. 2018.